ISSN: 2358-8829

O AVANÇO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO MINEIRA: APONTAMENTOS SOBRE A GESTÃO DO PARTIDO NOVO

Jaqueline Barros Vidigal [1]
Maria Simone Ferraz Pereira [2]
Apoio: CAPES

INTRODUÇÃO

A reconfiguração do papel do Estado, particularmente sob a influência da racionalidade neoliberal, compreende um processo histórico com significativa expressão a partir da crise econômica da década de 1970 e da expansão das políticas neoliberais nos anos 1980. No Brasil, esse movimento envolveu mudanças nas formas de organização da administração pública, nas relações entre Estado e mercado e nos mecanismos de formulação e implementação das políticas públicas para a educação. Sob a influência dessa racionalidade neoliberal e de modelos de administração inspirados no setor privado, são difundidos discursos que associam a qualidade dos serviços públicos à eficiência, à produtividade, ao cumprimento de metas e à mensuração de resultados. No campo da educação, essa retórica desloca o debate sobre o direito à formação humana para uma agenda centrada em indicadores de desempenho, avaliações externas, responsabilização e controle dos processos escolares.

A incorporação de instrumentos de gestão empresarial à administração estatal, com ênfase em resultados mensuráveis, monitoramento, avaliação e responsabilização dos agentes públicos, ainda que se apresentem como mecanismos técnicos, representam concepções específicas sobre qualidade, eficiência e finalidade da educação. De acordo com Laval (2019) o modelo escolar passa a ser orientado pela racionalidade neoliberal, no qual a educação é compreendida sob uma lógica econômica. Para o autor, a escola neoliberal corresponde a "certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico" (Laval, 2019, p. 17). No Brasil, essas transformações articulam-se à reforma empresarial do Estado e à ampliação das relações entre governos e organizações

[1] Doutoranda em Educação pelo PPGED/Faced da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, jaquevidigal@ufu.br
[2] Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Professora da Faced/UFU msimonefp@ufu.br

ISSN: 2358-8829

privadas na formulação e execução de políticas públicas. No campo educacional, a privatização não se limita à venda de escolas ou à transferência integral da oferta para empresas. Ela também pode ocorrer de forma indireta, "quando a política educativa de dada rede ou sistema público é explicitamente delegada ou indiretamente subordinada a interesses de organização(ões) privada(s) lucrativa ou não lucrativa e privatização da educação escolar, quando a gestão da escola é transferida para o setor privado com ou sem fins de lucro" (Adrião, 2022, p. 72).

É nesse contexto que se situa a Gestão Integrada da Educação (GIDE), implementada em Minas Gerais (em 2019) no âmbito do programa Gestão pela Aprendizagem, durante o governo de Romeu Zema, do Partido Novo. Apresentada pelo poder público como estratégia de fortalecimento da gestão escolar e de melhoria da aprendizagem, a GIDE adota procedimentos de planejamento, execução, verificação e intervenção, associados ao acompanhamento de indicadores e ao estabelecimento de metas. Sua implementação ocorreu por meio de contrato de parceria direta com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FdG), além de outros agentes privados relacionados ao programa Gestão pela Aprendizagem.

A questão que orienta este artigo é: de que maneira os princípios, as concepções e as orientações da GIDE contribuem para o fortalecimento de práticas gerencialistas e de mecanismos de privatização da educação pública estadual em Minas Gerais? O objetivo é analisar como o modelo se articula à racionalidade neoliberal, com atenção às relações público-privadas, à padronização da gestão e aos mecanismos de controle e responsabilização do trabalho escolar.

O artigo deriva de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia, na linha Estado, Políticas e Gestão da Educação. A análise sustenta que a GIDE não deve ser compreendida apenas como ferramenta operacional de organização escolar, mas como parte de um projeto político-administrativo que amplia a presença de concepções empresariais na educação pública. O texto está organizado em metodologia, referencial teórico, resultados e discussão e considerações finais.

METODOLOGIA

A investigação adotou abordagem qualitativa e articulou pesquisa bibliográfica e análise documental. Essa escolha permitiu examinar a GIDE como política pública, considerando os discursos que justificam sua implementação, os instrumentos que organizam seu funcionamento e as concepções de gestão e qualidade presentes nos materiais institucionais. A abordagem

ISSN: 2358-8829

qualitativa favorece a interpretação contextualizada dos fenômenos sociais e educacionais, visto que "a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave" (Triviños, 2009, p. 116).

A pesquisa bibliográfica mobilizou produções sobre neoliberalismo, reforma empresarial da educação, privatização, relações público-privadas e gestão escolar. Entre as referências centrais estão Dardot e Laval (2016), Laval (2019), Adrião (2022), Peroni (2013), Ball (2004) e Freitas (2018; 2023). Esses autores contribuíram para a definição das categorias analíticas e situar a GIDE no debate sobre a transformação das formas de regulação da educação pública.

O corpus documental reuniu documentos oficiais do Governo de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), incluindo planos de governo, cartilhas e materiais do programa Gestão pela Aprendizagem, memorandos-circulares e documentos orientadores relativos à implementação da GIDE. Foram considerados, ainda, materiais institucionais produzidos pela FdG e obras de Maria Helena Pádua Coelho de Godoy, idealizadora do modelo; materiais estes utilizados como referências para compreender os fundamentos e os procedimentos da metodologia. A leitura dos documentos buscou relacionar os objetivos da GIDE, declarados nos documentos, às ferramentas de gestão e aos efeitos político-pedagógicos possíveis.

A análise foi organizada em cinco categorias articuladas: neoliberalismo e reforma gerencial; privatização e relação público-privada; gestão por resultados; padronização e controle; autonomia e responsabilização dos profissionais da educação. A problematização concentrou-se no conteúdo dos documentos, nas concepções de qualidade e eficiência sustentadas pelos autores que constituíram a base teórica de análise e nas contradições entre o discurso de fortalecimento da gestão e os mecanismos de regulação identificados. Por se tratar de pesquisa bibliográfica e documental, as conclusões dizem respeito aos sentidos da política analisada, não implicando uma mensuração direta da experiência de todas as escolas ou dos efeitos sobre cada profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neoliberalismo e Privatização

O neoliberalismo é compreendido neste estudo não apenas como um conjunto de medidas econômicas, mas como uma racionalidade que reorganiza a ação estatal, as instituições

ISSN: 2358-8829

e as formas de subjetivação. Dardot e Laval (2016) destacam que a concorrência passa a operar como norma de conduta e princípio de organização. Na educação, essa lógica favorece a compreensão da escola como unidade de desempenho, submetida a metas, comparações e mecanismos de avaliação que tornam os resultados permanentemente visíveis e passíveis de intervenção.

Na política educacional, tais princípios se materializam na fixação de metas, na produção de indicadores, na padronização de procedimentos e na responsabilização de gestores e professores pelo desempenho das unidades escolares. A crítica não consiste em negar a importância do planejamento ou da avaliação, mas em questionar sua transformação em critérios predominantes para definir a qualidade educacional.

A reforma empresarial da educação, discutida por Freitas (2018), caracteriza-se pela incorporação de mecanismos de mercado na organização dos sistemas públicos de ensino. Para o autor, esse modelo expressa a intenção de "destruir o sistema público de educação" (Freitas, 2018, p. 54). Nesse contexto, avaliações externas, metas e mecanismos de responsabilização reforçam uma concepção de qualidade centrada em resultados mensuráveis, podendo subordinar dimensões fundamentais da educação, como a formação crítica, a inclusão e a participação democrática.

Nesse sentido, esse mecanismo de privatização educacional é analisado em diferentes dimensões por Adrião (2022). Para além da transferência da propriedade ou da oferta do serviço, ela pode ocorrer na gestão, no currículo e na definição de conteúdo, métodos e prioridades. Adrião (2022) também afirma que a presença privada na educação pública assume formas variadas, inclusive por meio de instrumentos de gestão e de influência sobre decisões antes situadas no âmbito da administração pública. Sobre isso, Peroni (2013) problematiza as redefinições das fronteiras entre o público e o privado na educação, destacando que a participação de instituições privadas vai além da execução de serviços, alcançando também a orientação das práticas pedagógicas e de gestão. Como observa a autora, o conteúdo pedagógico e a gestão escolar podem ser determinados por instituições que introduzem a lógica mercantil, mesmo quando o Estado permanece responsável pela oferta educacional (Peroni, 2013, p. 18).

Por essa razão, o uso da expressão "parceria" requer análise crítica. Embora possa sugerir colaboração entre setores com objetivos convergentes, a relação público-privada envolve atores com posições, recursos e finalidades distintas. No caso em estudo, interessa observar não apenas a existência formal de cooperação técnica, mas também o papel atribuído à organização privada na implementação do modelo, na capacitação de equipes e na disseminação de instrumentos de gestão. A questão central é compreender em que medida essa

ISSN: 2358-8829

relação influencia a definição das práticas e dos critérios que passam a orientar o cotidiano escolar.

Outro conceito relevante é o de performatividade, defendido por Ball (2002), que afirma que "a performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que serve de crítica, comparação e exposição como meio de controle, atrito e mudança" (p. 04). O autor salienta que o discurso da prestação de contas geralmente se relaciona à resolução de problemas, porém, no contexto educacional, não é apenas um procedimento administrativo, podendo modificar prioridades, identidades profissionais e relações de trabalho. Quando a atividade educativa é traduzida em planilhas, metas e resultados, se amplia o risco de que o trabalho docente seja avaliado por parâmetros externos e de que a autonomia pedagógica seja reduzida à execução de ações previamente definidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A GIDE no programa Gestão pela Aprendizagem e a relação público-privada

Os documentos analisados apresentam o programa Gestão pela Aprendizagem como uma iniciativa destinada a fortalecer a gestão das escolas estaduais, combater o abandono e a evasão, reduzir desigualdades e elevar os indicadores de aprendizagem. A justificativa oficial atribui à gestão papel central na obtenção de melhores resultados e relaciona a melhoria da qualidade do ensino ao alcance de metas, especialmente aquelas associadas ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Minas Gerais, 2019). Essa formulação organiza o problema educacional principalmente como desafio de gestão e desempenho.

A GIDE foi incorporada ao programa por meio de cooperação entre a SEE/MG e a FdG. Os documentos institucionais descrevem o modelo como sistema gerencial voltado à identificação de causas que afetam os resultados escolares e ao planejamento de ações corretivas. A implementação começou em 2019 e foi ampliada em etapas. Conforme os registros examinados na dissertação, o programa Gestão pela Aprendizagem alcançou 1.343 unidades escolares em 24 Superintendências Regionais de Ensino em sua etapa inicial mais ampla e, posteriormente, chegou a 1.927 escolas em 35 regionais. Em relação à GIDE, o memorando-circular nº 5/2020/SEE/DIEF informa que (Minas Gerais, 2020), no ano de lançamento, o projeto foi desenvolvido em 251 escolas que ofertavam exclusivamente o ensino fundamental, distribuídas em 17 regionais.

ISSN: 2358-8829

A participação da FdG não se restringiu à apresentação de uma ferramenta abstrata. Os documentos indicam oferta de capacitação para profissionais das Superintendências Regionais de Ensino e das escolas, acompanhamento amostral da implementação e plantões de consultoria para orientar a execução das etapas do projeto. Esses elementos evidenciam a participação de um agente privado na difusão de procedimentos e na formação dos sujeitos responsáveis pela operacionalização da política. Assim, a relação público-privada se manifesta tanto no plano institucional quanto na incorporação de uma metodologia de gestão elaborada fora da estrutura estatal.

Entretanto, a análise considerou o conteúdo da relação entre o ente privado e o Estado e o seu grau de influência sobre a gestão pública. No caso da GIDE, o modelo organiza o planejamento, define instrumentos de acompanhamento e orienta o uso de indicadores. A partir disso, a privatização pode ser interpretada como processo indireto de transferência de concepções e formas de organização para o interior da escola pública, mesmo sem transferência da propriedade das unidades escolares.

A racionalidade gerencial: PDCA, IFC/RS e gestão por resultados

A estrutura da GIDE é sustentada pelo ciclo PDCA (planejar, executar, verificar e atuar), apresentado como método de melhoria contínua. Em sua formulação, o ciclo permite diagnosticar problemas, definir ações, acompanhar sua execução e corrigir os rumos conforme os resultados observados. Embora o planejamento sistemático possa contribuir para organizar o trabalho, sua adoção no contexto escolar precisa ser analisada em relação aos objetivos que orientam o processo, aos indicadores selecionados e à participação efetiva dos sujeitos na definição das prioridades.

Outro instrumento central é o Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social (IFC/RS), que articula dimensões relacionadas a resultados, condições ambientais e ensino-aprendizagem. Nos materiais do modelo, o índice é apresentado como instrumento capaz de orientar a identificação de prioridades e apoiar a tomada de decisões. A utilização de sinalizações visuais e parâmetros de desempenho torna os dados acessíveis para o acompanhamento, mas também tende a converter situações educacionais complexas em categorias padronizadas de leitura e intervenção.

Na lógica da GIDE, o diagnóstico conduz à elaboração de planos de ação e ao monitoramento periódico de sua execução. O Relatório Integrado de Aprendizagem e

ISSN: 2358-8829

Planejamento (RIAP) e o Painel de Evidências integram esse arranjo, permitindo reunir informações, discutir resultados e acompanhar o cumprimento das ações propostas. Os instrumentos não são neutros: ao definirem quais informações devem ser registradas, quais resultados devem ser observados e em qual periodicidade devem ser apresentados, eles influenciam o que passa a ser considerado prioritário no trabalho escolar.

Essa organização aproxima a gestão escolar de modelos de controle por desempenho. O cotidiano passa a ser organizado em ciclos de planejamento, coleta de evidências, comparação entre metas e resultados e definição de intervenções. A promessa de maior eficiência pode favorecer a sistematização de procedimentos, mas também pressupõe o risco de sobrepor a dimensão técnico-administrativa às decisões pedagógicas contextualizadas. O problema não está na existência de dados ou de planejamento, e sim na centralidade que assumem quando os indicadores passam a funcionar como medida de qualidade.

Além disso, o uso de indicadores como referência comum pode estimular a comparação entre escolas e regionais que operam em condições sociais, econômicas e materiais distintas. Quando as diferenças contextuais não são consideradas de forma substantiva, resultados desiguais podem ser interpretados como falhas de gestão ou insuficiência de empenho dos profissionais. A responsabilização tende, assim, a se deslocar das condições estruturais e das decisões de política pública para as equipes escolares, mesmo quando elas não dispõem dos recursos necessários para alterar os fatores que afetam a aprendizagem.

Padronização, controle e efeitos sobre o trabalho escolar

A documentação examinada evidencia um conjunto de instrumentos que articulam a GIDE a mecanismos mais amplos de regulação: planos de ação, reuniões periódicas de acompanhamento, relatórios, painéis de evidências, indicadores de desempenho da gestão e avaliações em larga escala. O RIAP organiza momentos de análise e replanejamento; o Painel de Evidências torna metas e resultados visualmente acessíveis; e os indicadores de desempenho associam a avaliação da gestão escolar aos resultados alcançados. Em conjunto, tais dispositivos estruturam uma rotina de acompanhamento contínuo.

Essa arquitetura de monitoramento pode reduzir a autonomia de gestores e docentes quando as decisões escolares ficam condicionadas a metas e procedimentos definidos externamente. A gestão deixa de ser espaço de deliberação coletiva sobre o projeto educativo e pode assumir a função de assegurar a execução operacional de ações, registrar evidências e

ISSN: 2358-8829

demonstrar resultados. A participação dos profissionais, nesse cenário, corre o risco de se limitar à implementação de orientações cuja formulação não controlam.

A padronização também interfere na concepção de qualidade educacional. Ao privilegiar indicadores comparáveis, a política tende a valorizar dimensões quantificáveis do processo educativo, especialmente desempenho em avaliações e fluxo escolar. Entretanto, a qualidade da educação é multidimensional e envolve condições de trabalho, infraestrutura, inclusão, relações pedagógicas, participação democrática e formação humana. Como argumentam Gentili e Silva (1996), o discurso da qualidade pode ser apropriado por uma retórica conservadora quando passa a operar segundo parâmetros de produtividade e competição próprios do mercado.

Os efeitos sobre o trabalho docente devem ser compreendidos como tendências inscritas nos mecanismos de regulação identificados, e não como resultados empiricamente aferidos junto aos professores, uma vez que a pesquisa não realizou entrevistas ou observação de campo. Ainda assim, os instrumentos documentados permitem problematizar a intensificação das tarefas de registro e prestação de contas, a pressão para atingir metas e a possibilidade de reorganização do tempo pedagógico em função das exigências de monitoramento. O trabalho docente corre o risco de ser reconhecido apenas por evidências de desempenho, em detrimento de ser um espaço para decisões profissionais baseadas nas necessidades concretas dos estudantes.

Há, portanto, uma tensão entre o discurso de autonomia e a ampliação do controle. Embora a escola seja apresentada como unidade capaz de planejar e corrigir seus resultados, os parâmetros de qualidade, os instrumentos e a lógica de acompanhamento são definidos por uma estrutura mais ampla. A autonomia se converte em responsabilidade por alcançar resultados, não correspondendo ao poder efetivo para decidir sobre recursos, currículo, condições de trabalho ou prioridades formativas.

A GIDE e a reconfiguração da finalidade da escola pública

A análise dos planos de governo e dos materiais institucionais situa a GIDE em uma agenda que atribui importância à eficiência administrativa e à aproximação com instituições privadas. O plano de governo de Romeu Zema em 2022, por exemplo, propõe a melhoria da qualidade da escola pública por meio de um modelo participativo e menciona parcerias com instituições privadas para adoção de novas concepções pedagógicas e administrativas (Minas

ISSN: 2358-8829

Gerais, 2022). A presença simultânea dos termos ‘participação’ e ‘parceria’ demanda atenção: a participação democrática pressupõe capacidade de deliberar e influenciar decisões, enquanto a incorporação de modelos externos pode deslocar a autoridade sobre a gestão e as práticas pedagógicas.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelecem a gestão democrática como princípio da educação pública. Essa concepção envolve a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e a participação da comunidade escolar em instâncias coletivas. Diferentemente, a gestão orientada predominantemente por metas pode limitar a deliberação quando a prioridade é cumprir planos e demonstrar resultados definidos segundo critérios técnicos.

A GIDE expressa, assim, uma disputa sobre o sentido da escola pública. De um lado, a educação pode ser compreendida como direito social e processo de formação humana integral, que requer condições adequadas, participação e reconhecimento da diversidade dos contextos. De outro, ganha espaço uma concepção que aproxima a escola de uma organização produtiva, cujo desempenho deve ser mensurado e continuamente aperfeiçoado. A segunda perspectiva não elimina necessariamente a oferta pública, mas pode alterar a forma como o serviço é conduzido e os valores que orientam suas decisões.

Esse é um aspecto central para compreender a privatização indireta. A política não precisa transferir formalmente a escola a um operador privado para que se ampliem formas de influência privada sobre o público. A incorporação de metodologias empresariais, a formação gerencial, a adoção de indicadores e a reorganização do trabalho a partir de parâmetros externos podem introduzir no Estado modos de regulação característicos do mercado. Nessa perspectiva, a privatização se refere também à transferência de poder de definir prioridades, critérios de qualidade e procedimentos de gestão.

Os documentos analisados permitem sustentar que a GIDE fortalece uma racionalidade gerencial na política educacional mineira, mas não indicam afirmar que os instrumentos, por si só, expliquem todos os resultados educacionais do Estado. O desempenho escolar é condicionado por múltiplos fatores, entre eles desigualdades socioeconômicas, financiamento, infraestrutura, formação de professores, condições de trabalho e trajetórias dos estudantes. A análise crítica exige, portanto, distinguir os objetivos declarados pelo programa das evidências reais, estabelecendo uma relação causal entre a adoção do modelo e a melhoria ou piora da aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou a Gestão Integrada da Educação (GIDE), implementada em Minas Gerais no âmbito do programa Gestão pela Aprendizagem, considerando sua relação com a racionalidade neoliberal e os processos de privatização indireta da educação. A pesquisa bibliográfica e documental permitiu compreender que o modelo se organiza em torno de planejamento, metas, indicadores e monitoramento contínuo, com participação de uma instituição privada na disseminação da metodologia e na formação dos profissionais envolvidos.

Os resultados apontam que a GIDE se aproxima dos princípios da gestão empresarial ao organizar o trabalho escolar por meio do ciclo PDCA, do IFC/RS, do RIAP e do Painel de Evidências. Esses instrumentos tornam os resultados mais visíveis e estabelecem rotinas de acompanhamento, mas também podem reduzir a complexidade do processo educativo a indicadores padronizados. A ênfase na mensuração e no cumprimento de metas tende a reforçar práticas de controle e responsabilização, deslocando parte do debate sobre a qualidade para o desempenho das unidades escolares e de seus profissionais.

A análise também evidencia que a relação público-privada não se limita à contratação de serviços ou à transferência da oferta educacional. Ela pode se manifestar na incorporação de metodologias, valores e instrumentos de gestão formulados por meio de referências empresariais, com efeitos sobre as prioridades e a organização da escola. Nesse sentido, a GIDE pode ser interpretada como um mecanismo de privatização indireta, na medida em que contribui para a disseminação de uma racionalidade gerencial da administração pública educacional.

Conclui-se que a principal tensão está entre a promessa de eficiência e melhoria dos resultados e a necessidade de preservar a autonomia pedagógica, a gestão democrática e a concepção da educação como direito social. O planejamento e a avaliação são dimensões importantes da política educacional, mas não devem substituir a deliberação coletiva nem reduzir a qualidade da educação ao desempenho com base em indicadores. Uma política comprometida com a formação humana integral precisa considerar as condições concretas das escolas, as desigualdades existentes e a participação dos sujeitos que constroem cotidianamente o processo educativo.

Como limite, destaca-se que a pesquisa se baseou em fontes bibliográficas e documentais, sem observação direta das escolas ou escuta dos profissionais. Pesquisas futuras podem investigar como gestores, professores e comunidades escolares interpretaram e vivenciaram os instrumentos da GIDE, bem como identificar continuidades e rupturas nas

políticas de gestão por resultados em Minas Gerais. Essa agenda poderá aprofundar a compreensão dos efeitos sobre o trabalho docente, a autonomia escolar e a democratização da educação pública.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica. Brasília, DF: ANPAE, 2022.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. Educ. Soc. Campinas, v.25, n.89, set/dez., 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Reforma empresarial da educação: o empresariado e o controle da escola pública. Retratos da Escola, Brasília, DF, v. 17, n. 35, p. 35–52, 2023.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1996.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2015.

MINAS GERAIS. Partido Novo. Plano de governo de Romeu Zema: 2023–2026. Belo Horizonte: Partido Novo, 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Memorando-Circular nº 5/2020/SEE/DIEF. Belo Horizonte: SEE/MG, 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Programa Gestão pela Aprendizagem. Belo Horizonte: SEE/MG, 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal (org.). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2009.